



José Cruz

O Plenário ficou lotado de convidadas para a sessão solene do Congresso

## Um dia de luta pelo fim da violência contra a mulher

Na passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, o Congresso realizou sessão marcada por cobrança de alterações nas leis e de políticas públicas na área. **7**

## Explicação da FGV sobre concurso satisfaz o Senado

Diretor-geral adjunto afirma que repetição de poucas perguntas não interfere no resultado. **4**

## Itaipu e direitos trabalhistas na agenda do Parlasul

Declaração assinada em 1998 sobre direitos trabalhistas será rediscutida hoje em Montevideu. **6**

# Senado discute empréstimo da Caixa à Petrobras

Operação de crédito de R\$ 2,02 bilhões em benefício da estatal petrolífera provoca debates no Plenário. Tasso Jereissati afirma que a Petrobras, que considera orgulho do país, não pode ser prejudicada por "equivocos administrativos". Eduardo Suplicy lê nota em que a direção da empresa assegura não estar atrasando pagamentos. Comissão de Assuntos Econômicos realizará audiência sobre o assunto. **3**



Genivaldo Magela

TASSO JEREISSATI

Não é corriqueiro pedido de empréstimo para pagamento de impostos, sobretudo em organizações do porte da Petrobras



Genivaldo Magela

EDUARDO SUPLICY

A Petrobras fatura R\$ 17,3 bilhões/mês, rotineiramente faz esse tipo de operação e agora recorre ao mercado doméstico



José Cruz

**A**o encerrar ontem simpósio sobre infra-estrutura e logística, o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Marconi Perillo, afirmou que as discussões travadas no encontro "demonstraram cabalmente a incapacidade total de atender à atual demanda" e defendeu reformas estruturais e criação de marcos regulatórios. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o Brasil lidera, entre os países emergentes, os investimentos na área energética. **4 e 5**

Presidente do Senado explica a jornalistas, em João Pessoa, sua decisão de mandar de volta ao Executivo a medida provisória que estabelece regras para certificação de entidades filantrópicas

# “Abuso foi tão grande que não tive paciência e devolvi”

“NÃO SE PODE ter um Legislativo que não delibera, não tem agenda e fica à mercê do que o Executivo manda”, afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, durante entrevista em João Pessoa. A declaração ocorreu em resposta a perguntas sobre a devolução, ao Executivo, da MP das Filantrópicas (Medida Provisória 446/08), que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social.

O presidente do Senado disse esperar que, em breve, o Congresso tenha um instrumento constitucional que normatize a devolução das MPs.

– A devolução dessa MP só foi um fato extraordinário porque as comissões mistas [que deveriam analisar as medidas provisórias] não funcionam. Mas o abuso do governo foi tão grande que não tive paciência e devolvi – afirmou.



Garibaldi criticou o Judiciário por legislar sobre fidelidade partidária

Garibaldi também criticou o fato de o Judiciário legislar, por exemplo, sobre a fidelidade partidária.

– É o mesmo que um padre celibatário dar conselhos sobre casamento. O Legislativo não pode ficar só apanhando. Não podemos ter democracia com os representantes do povo sendo aviltados. É a eles que cabe legislar.

## Paraíba

Jornalistas também questionaram Garibaldi sobre a possível renúncia do senador José Maranhão (PMDB-PB) para assumir o governo da Paraíba e a posse do suplente Roberto Cavalcanti, contra quem há

processos na Justiça.

O senador não quis comentar o assunto, destacando que só poderia se manifestar depois que Cavalcanti tomasse posse e caso as denúncias fossem levadas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Maranhão deverá assumir o governo da Paraíba porque o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o mandato de Cássio Cunha Lima, devido a irregularidades supostamente praticadas durante a campanha eleitoral.

– Não se pode condenar por antecipação. Roberto Cavalcanti não é nem senador ainda! – comentou.

Garibaldi esteve em João Pessoa para participar do 1º Fórum de Integração do Legislativo, promovido pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis). Ele destacou que o objetivo do programa é garantir a integração do Legislativo. Garibaldi lembrou que muitos vereadores e prefeitos são “marinheiros de primeira viagem” e precisam receber orientações.

## Interlegis realiza fórum em João Pessoa sobre integração

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abriu ontem, em João Pessoa – ao lado do 1º secretário da Casa, senador Efraim Morais –, o 1º Fórum de Integração do Legislativo, promovido pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis). Conforme disse, o Legislativo federal vive uma crise “institucional” por causa das medidas provisórias. O presidente lembrou que, das 128 sessões deliberativas realizadas pela Casa em 2007, 88 tiveram a pauta bloqueada por MPs.

– O Poder Legislativo precisa reagir – conclamou.

Garibaldi afirmou que instrumentos semelhantes às medidas provisórias não existem na maioria dos países democráticos e, quando existem, como é o caso da Itália, são usados com moderação, para situações emergenciais.

– Estou deixando a presidência do Senado com essa advertência que tenho feito inclusive na presença do presidente Lula. O presidente e os ministros hoje não podem ter uma idéia sem fazer uma MP. E o Judiciário, achando pouco, inventou de legislar. Hoje só quem não legisla é o Poder Legislativo. A democracia que construímos não é essa que avilta e humilha o Legislativo – disse.

Efraim Morais também discursou na abertura. Ele destacou a importância do Interlegis, programa que existe há 11 anos e funciona com



Legislativos de todo o país serão ligados com ajuda do Interlegis, anuncia Efraim

recursos da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).  
– Para o Interlegis, a integração do Legislativo significa criar mecanismos e oportunidades para que senadores, deputados e vereadores possam trocar informações relevantes – ressaltou Efraim.

O 1º secretário disse acreditar que, em breve, os legislativos de todo o território nacional estarão interligados com a ajuda do Interlegis. Hoje, registrou, de 5.562 câmaras municipais, 4.334 já aderiram ao programa e 3.554 já receberam kits com computadores, impressora e aparelho de conexão à internet. Dessas, frisou Efraim, 700 câmaras municipais serão pólos de multiplicação do sistema. Paraíba e Rio Grande do Norte estão 100% atendidos pelo programa.

– Precisamos melhorar a gestão de nossas casas legislativas, e sistemas informatizados podem nos

ajudar no processo de produção de leis. Usem o Interlegis, não custará nada a nenhuma câmara municipal. É um programa com reconhecimento internacional.

Em entrevista à Agência Senado, o diretor do Interlegis José Oliveira da Silva disse acreditar que ainda em 2009 o programa chegará a todos os municípios do país.

Também estavam presentes à abertura do fórum o presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, deputado Arthur Cunha Lima (PSDB); o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, vereador Durval Ferreira (PP), representando o governo do estado; e o secretário estadual de Articulação, Manfredo Guedes.

## Nepotismo

Servidores do Senado fizeram palestras para os prefeitos e vereadores inscritos. O advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, falou sobre súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do nepotismo. O consultor do Senado Antônio José Barbosa proferiu palestra sobre o papel dos municípios na história política do Brasil. O tema da apresentação do chefe do Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Interlegis, Luís Fernando Pires Machado, tratou de como legislar no município.

Por sua vez, o diretor da Consultoria de Orçamento do Senado, Fábio Gondim, falou sobre a elaboração de Orçamento e obtenção de recursos federais.



Marco Maciel preside a comissão especial responsável por sugerir as alterações

## Mudança no Regimento pode ser votada no início de 2009

O senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou ontem que a proposta de reforma do Regimento Interno do Senado deve estar pronta para ser votada no início da próxima sessão legislativa – em fevereiro de 2009, portanto. Presidente da comissão especial responsável pelas mudanças, ele informou que está em discussão o fortalecimento do papel das comissões

decisões terminativas ou como ficará a regra do recurso para que a matéria acabe sendo votada no Plenário – explicou o senador.

Marco Maciel tem dito que o uso da palavra em Plenário está entre os itens a serem revistos, de forma a assegurar maior equilíbrio nos debates. A idéia é que os 81 senadores tenham direitos iguais. Ma-

**Maciel anuncia que está em discussão o fortalecimento das comissões permanentes**

ciel também tem destacado que pode haver mudanças nas regras sobre pedido de urgência para tramitação de matérias e sobre as normas

que regulamentam o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

## Uso da palavra

Outro senador que, com frequência, trata do assunto, Gerson Camata (PMDB-ES) assinala que atualmente boa parte do tempo do Plenário não é utilizada para votações, mas em discursos. Uma alteração possível, nesse caso, seria estabelecer limites mais rígidos quanto ao tempo de utilização da palavra, disse.

Há ainda a possibilidade de se estabelecer maior independência da pauta em relação ao colégio de líderes, de modo que mais matérias possam ir à votação mesmo sem haver acordo entre os partidos.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Marco Maciel (DEM-PE), Ada Mello (PTB-AL) e Valdir Raupp (PMDB-RO).



José Jorge, de Pernambuco, já exerceu mandato na Câmara e no Senado

## Nomes de José Jorge e Quintanilha indicados para TCU

As indicações dos nomes do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e do ex-senador José Jorge para o Tribunal de Contas da União (TCU) foram acatadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Eles disputam a vaga de ministro do tribunal aberta com a aposentadoria de Guilherme Palmeira, a ser formalizada no fim de dezembro. O nome que será indicado pelo Senado virá de decisão do Plenário.

Primeiro a ser argüido pela CAE, José Jorge recebeu a aprovação unânime dos senadores do colegiado. Favorável à indicação do ex-senador, o relator na CAE, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), destacou a contribuição de José Jorge, então deputado federal, para a aprovação da proposta que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Sobre o desempenho de José Jorge como senador, ACM Júnior ressaltou sua atuação como relator da reforma do Judiciário.

Relator da indicação do parlamentar por Tocantins, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) destacou a experiência de Quintanilha como líder partidário, além de sua atuação na Câmara, onde cumpriu dois mandatos, e no Senado, onde exerce o segundo mandato. O relator frisou as contribuições de Quintanilha em comissões permanentes da Casa e em comissões parlamentares de inquérito, além de seu papel no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Atualmente, preside a Comissão do Meio Ambiente no Senado Federal. A indicação do parlamentar ao TCU recebeu 14 votos sim, nove votos não e três abstenções.

Tanto José Jorge quanto Leomar Quintanilha manifestaram apoio à proposta do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que prevê a criação do Conselho Nacional de Tribunais de Contas. O senador capixaba, autor da PEC 30/07 que institui o conselho, avalia que o novo órgão ajudaria a evitar abusos dos tribunais de contas, com ganhos para a democracia.



Leomar Quintanilha, do PMDB, é senador pelo estado do Tocantins

Participarão de debates os presidentes da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central. A oposição quer saber por que a empresa petrolífera tomou empréstimos no país em banco oficial

# CAE aprova realização de debate sobre a situação financeira da Petrobras

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento convidando os presidentes da Petrobras, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Central para discutir a situação financeira da empresa petrolífera. A audiência pública, proposta pelos senadores tucanos Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE), visa esclarecer o empréstimo no valor de R\$ 2,02 bilhões contra-

do em outubro pela Petrobras junto à Caixa.

Em discurso feito na quarta-feira em Plenário, Jereissati considerou a operação atípica, tendo em vista que a Caixa Econômica Federal "deveria cuidar de saneamento e habitação". Para o senador, o empréstimo no banco estatal estaria indicando dificuldades da Petrobras em obter financiamentos junto aos bancos privados. Ao apresentar

o requerimento à CAE, Arthur Virgílio também manifestou estranheza quanto à operação realizada.

– Precisamos esclarecer as razões pelas quais a Petrobras não vai à banca privada, como seria o normal, e recorre a um banco público que não tem autoridade para efetuar esse tipo de empréstimo – assinalou.

Ao encaminhar a votação do requerimento, o presidente da

CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou já ter recebido do presidente da Petrobras a informação de que a empresa divulgará nota técnica explicando a operação e fundamentando os argumentos para a realização do financiamento. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse acreditar que as informações prometidas pela empresa serão suficientes para esclarecer a questão.

## Jereissati: empréstimo parece socorro financeiro

Em pronunciamento em Plenário, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a Petrobras é um orgulho do país e não pode ser ferida por possíveis "equivocos administrativos", referindo-se ao empréstimo que obteve junto à Caixa Econômica Federal. O assunto será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, provavelmente na próxima semana.

Em seu discurso, Jereissati argumentou que não é correto o pedido de empréstimo por empresas para o pagamento de impostos, sobretudo por organizações do porte da Petrobras.

– Mesmo empresas pequenas, sem a administração equipada

como a da Petrobras, fazem planejamento do pagamento de impostos com antecedência – afirmou.

Lembrou também que a Caixa é uma instituição de cunho social, e que um empréstimo de R\$ 2 bilhões para a Petrobras reduz a oferta de dinheiro para financiamento habitacional, agricultura e financiamento de veículos.

– Está se fazendo um enorme equívoco de política financeira, está se estreitando a liquidez para setores que estão apertados e dando para quem pode obtê-lo de outra maneira – assinalou.

Jereissati observou ainda que a operação apresenta características de socorro financeiro, e

não de empréstimo à estatal.

– Por que o Tesouro, o contribuinte brasileiro, está subsidiando e socorrendo uma companhia do porte da Petrobras, se ela é tão pujante, líquida e de composição sólida? – perguntou.

Tasso Jereissati questionou se a operação foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, uma vez que o limite de endividamento interno da estatal seria de R\$ 8 bilhões.

– Espero que no máximo terça-feira estejam aqui [na CAE] tanto o presidente da Caixa quanto o da Petrobras, e que a transparência seja uma



Senador lembra que Caixa tem compromissos sociais

constante entre o relacionamento da empresa com seus donos e acionistas – concluiu.

O requerimento para a audiência pública na CAE foi apresentado por Tasso Jereissati e pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB na Casa.

## Suplicy lê em Plenário nota oficial de esclarecimento

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário a nota de esclarecimento da Petrobras sobre o financiamento obtido junto à Caixa Econômica Federal. Segundo o senador, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, garantiu que a operação de empréstimo foi normal, que a empresa desfruta de boa saúde financeira e não está atrasando pagamentos a fornecedores.

Ao ler a nota, Suplicy disse que a empresa fatura R\$ 17,3 bilhões por mês e rotineiramente faz esse tipo de operação, embora realmente esteja com baixos níveis de alavancagem financeira. Ele acrescentou que, em virtude das condições atuais do mercado financeiro internacional e da "solidez do sistema financeiro nacional", a Petrobras vem utilizando com maior frequência o mercado doméstico para suprir suas necessidades normais de financiamento.

– Em outubro, a companhia teve maiores gastos com impostos e taxas, com o recolhimento de mais de R\$ 11,4 bilhões no mês. Parte desses pagamentos refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em razão de um maior lucro líquido apurado no terceiro trimestre de 2008 e de participações especiais calculadas com base no valor

de pico do preço do petróleo – ressaltou.

### Críticas da oposição

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) rebateu a nota e as informações apresentadas por Suplicy, afirmando que não é natural nem correio o empréstimo obtido. Jereissati assinalou que, de acordo com o balanço financeiro da empresa, o Passivo Circulante Líquido (dívidas a pagar de curtíssimo prazo) da empresa atingiu R\$ 92,9 bilhões no final de outubro, ao passo que o Ativo Circulante Líquido (recursos em caixa e a receber a curto prazo) foi de R\$ 57 bilhões.

– Há, portanto, um grande buraco de R\$ 36 bilhões no caixa da Petrobras. Isso significa que existe um problema de liquidez. Dentro daqueles R\$ 92,9 bilhões, no mês de outubro, enquanto o Passivo Circulante Líquido cresceu R\$ 12 bilhões, o Ativo Circulante Líquido decresceu R\$ 2 bilhões – frisou.

Jereissati também ressaltou que o empréstimo concedido pela Caixa conta com juros subsidiados, e que o dinheiro será aplicado pela Petrobras em capital de giro, e não em investimento. Segundo ele, se forem agrupados os dez maiores devedores da Caixa, a dívida não chega a R\$ 3 bilhões. Conforme o senador, o limite máximo de

empréstimo da Caixa a uma só pessoa jurídica é de 25% do seu patrimônio líquido e, no caso da Petrobras, a instituição teria chegado a 23%.

### Atrasados

Jereissati revelou ainda ter sido procurado por dois fornecedores que lhe confirmaram a informação de que a Petrobras está atrasando pagamentos. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse ter recebido telefonema de um fornecedor da área de cana-de-açúcar que também confirmou essa situação de atraso nos pagamentos. Heráclito recomendou a Suplicy que não se apóie em informações erradas, "sob o risco de comprometer a sua biografia". O senador Mário Couto (PSDB-PA) observou que o governo nunca forneceu dados que correspondem à realidade e que uma empresa só recorre a financiamento quando precisa.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou, por sua vez, que a própria Petrobras anunciou que, desde 2002, já demitiu 25 mil funcionários. Ele disse que assistiu a uma entrevista de Sérgio Gabrielli à Globo News em que advertia que a estatal teria "estresse de caixa".



Suplicy: operação, segundo a empresa, foi normal

– A Petrobras não é do PT, não é do senhor Sérgio Gabrielli e nem é do presidente Lula. É de milhares e milhares de acionistas que precisam saber por que a Petrobras pediu esse empréstimo – ressaltou.

Guerra, em sua intervenção, aconselhou o presidente da Petrobras a não subestimar o Congresso, a democracia e os acionistas.

– Venha para cá [Senado], imediatamente, esclarecer os fatos e não fique por trás de nenhuma outra forma de escamoteamento – aconselhou o senador pernambucano.

Suplicy disse que está de acordo com a iniciativa da oposição.

– Vamos ter o conhecimento completo desses dados com a presença do presidente Sérgio Gabrielli na CAE – concluiu.

## Raupp insiste na construção de gasoduto Urucu-Porto Velho

Mesmo com a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho ainda se faz necessária, segundo reiterou ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O parlamentar apontou razões de cunho econômico e ambiental para justificar o empreendimento – e a economia na geração de energia elétrica seria a primeira delas. Dados de junho deste ano fornecidos pela Eletrobrás indicam que o custo do megawatt/hora gerado a diesel importado custava em torno de R\$ 500 na época, e hoje, com a elevação do dólar, está ainda mais caro.

Com o gás natural extraído de Urucu, o custo final do MW/h ficaria em R\$ 100. A economia seria de R\$ 728 milhões por ano, destacou, utilizando-se



Valdir Raupp destaca vantagens econômicas e ambientais de gasoduto

combustível menos poluente – a segunda alternativa mais barata disponível depois da energia de fontes hidrelétricas.

Do ponto de vista ambiental, significaria a redução de emissões de, no mínimo, 83 mil toneladas de CO2 por ano, já que a queima de gás natural é mais limpa que a de todos os outros combustíveis fósseis.

## Demostenes diz que crise “vai sepultar belas mentiras”

Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que a crise financeira internacional “vai fazer o Brasil se voltar à realidade e sepultar as belas mentiras de um tempo que foi próspero, mas, ao mesmo tempo, desperdiçado, a se considerar as perdas de oportunidade provocadas por um governo falacioso, incompetente e corrupto”. O senador sustentou que o Brasil viveu, nos últimos seis anos, um momento econômico excepcional, condicionado, em sua opinião, pelo “extraordinário desempenho da economia global”.



Demostenes: governo do PT sonega dos brasileiros os efeitos da crise

– O governo do PT, é verdade, tem conseguido, com impressionante desfaçatez midiática, sonegar dos brasileiros os efeitos da crise.

Demostenes observou que a prosperidade mundial na qual o país navegou foi capaz de abafar escândalos como os dos Correios, do Mensalão e dos sanguessugas.

## Mão Santa denuncia “máquina de propaganda” do governo Lula

O governo Lula montou a “maior máquina publicitária da história do mundo para divulgar mentiras, maior até que a montada por Joseph Goebbels na Alemanha nazista”. Essa afirmação foi feita ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que, como exemplo, citou a queda do Brasil no ranking educacional da Unesco, passando da 76ª posição para a 80ª, entre 120 países. Ele assinalou que o Brasil ficou atrás da Bolívia e do Paraguai.



“Instalou-se uma máquina publicitária de mentiras”, critica Mão Santa

em apenas 78 cidades e ficou em 20ª porque o governador buscou as escolas privadas para aumentar a média – afirmou.

Mão Santa observou ainda que na Grécia, 500 anos antes de Cristo, Péricles disse que as mais importantes virtudes do novo homem ideal eram a acuidade, a precisão gramatical e a maestria na oratória.

## Diretor não vê motivo para anular concurso

O diretor-geral adjunto do Senado e presidente da comissão especial que coordena o concurso público do Senado, Alexandre Gazineo, disse ontem, em entrevista à Agência Senado, que considerou satisfatórias as explicações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o fato de algumas questões, constantes das provas objetivas aplicadas em 9 de novembro, já terem aparecido em provas

de outros concursos.

Segundo Gazineo, a FGV informou que apenas sete questões, de um total de cem, foram repetidas, todas versando sobre conhecimentos básicos para o cargo em disputa. A FGV também teria afirmado que a repetição de questões é corriqueira em concursos vestibulares.

Para o diretor, a repetição de poucas questões não interfere no resultado do concurso, até

porque, para ser aprovado, o candidato precisaria acertar no mínimo 15 questões da prova específica em que elas foram usadas.

– Não há probabilidade de isso ter gerado qualquer tipo de efeito no concurso. Não é motivo para anular o concurso – disse, acrescentando que, em certames futuros, o Senado deverá se acautelar quanto a esse tipo de fato.



Gerardo Magalhães

No último dia do seminário sobre infra-estrutura e logística, senadores e representantes do Poder Executivo e do setor privado apontam os desafios para o crescimento do país

## Senadores lembram papel do Orçamento

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmaram ontem, durante o seminário sobre infra-estrutura, logística e desafios para um país emergente, que o Orçamento de 2009 é condizente com o contexto da crise financeira internacional e bem-estruturado para o país receber investimentos privados.

Serys, que relatou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009, assinalou que investir em infra-estrutura é “etapa crucial de qualquer política de desenvolvimento e geração de renda”.

– Estamos há muito tempo arriscando manter uma taxa de investimentos em infra-estrutura muito inferior ao necessário para manter a competitividade internacional da produção brasileira – alertou.

A senadora ressaltou a importância de se incorporar aos textos legais princípios mais claros e rigorosos quanto às concessões para exploração e aos investimentos em infra-estrutura.

Já o relator do Orçamento de 2009, Delcídio Amaral, afirmou que o relatório preliminar do projeto orçamentário prevê cortes em resposta à crise internacional. O senador disse que uma das principais preocupações eram os investimentos em infra-estrutura.

A razão, observou, é o “potencial alavancador que a infra-estrutura representa para a geração de renda e o desenvolvimento”.

Delcídio também lembrou que o grande debate mundial gira em torno da produção de energia e do desenvolvimento sustentável. Não por acaso, afirmou, o Orçamento 2009 retrata a atenção do governo para a área de energia, tanto em investimentos estatais quanto privados. Mas para atrair recursos, frisou o senador, são necessárias regras transparentes, marcos regulatórios e agências reguladoras que atuem como instrumento de Estado e não de governo.



Edison Lobão (E) fala durante simpósio sobre os desafios para um país emergente. Em sua avaliação, o Brasil apresenta as condições para manter, a longo prazo, a auto-suficiência energética

# País é líder em investimentos na área de energia, diz Lobão

O BRASIL É o primeiro país do grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) em investimentos em energia elétrica e gás natural, destacou ontem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no 1º Simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil. Assim, disse, o país apresenta as condições para manter em longo prazo a auto-suficiência energética.

Ao ressaltar as dimensões territoriais do Brasil e sua relevância econômica no mundo, ele lembrou que o produto interno bruto (PIB) mundial em 2007 foi de US\$ 56 trilhões e que o Brasil respondeu por 2,5% desse valor.

– É uma economia que ainda pode crescer muito se comparada aos Estados Unidos, responsáveis por 25% do PIB mundial.

Lobão acredita que, para atender

ao crescimento da economia, é preciso expandir a oferta de energia e ampliar as instalações de produção, transporte e armazenamento. Ele afirmou aos participantes do simpósio que o planejamento do setor foi retomado pelo atual governo. A medida, segundo o ministro, é fundamental para garantir a segurança energética do país. Lobão ressaltou que estudos indicam um grande desafio: o cenário demográfico, que aponta para um aumento da população brasileira em 53 milhões de habitantes até 2030.

– Isso significa alcançar uma população total de aproximadamente 240 milhões de pessoas contra as atuais 185 milhões. Essa é a projeção da população brasileira, futuros consumidores de energia. Para atender a esse desafio, a expansão de energia para o

período de 2007 a 2016 é um importante instrumento de planejamento energético – completou.

### Gestão

Segundo o ministro, o governo dispõe dos instrumentos necessários para a gestão do setor, como o estabelecimento de políticas e diretrizes pelo Conselho Nacional de Política Energética; estudos de planejamento com visão de curto, médio e longo prazo; leilões de empreendimentos de geração e de transmissão; e monitoramento para assegurar o abastecimento de derivados de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.

Ao destacar os investimentos feitos pelo Brasil, entre eles o aumento da produção de etanol, Edison Lobão afirmou que o país manterá a segu-

## Senado Verde inicia processo de coleta seletiva de lixo

O Senado iniciou nesta semana a coleta seletiva de lixo em suas dependências. Lixeiras nas cores preta e branca estão sendo colocadas à disposição de funcionários e visitantes para o recolhimento dos resíduos secos e molhados, respectivamente. A coleta seletiva faz parte do projeto de gestão ambiental

Senado Verde.

As lixeiras de cor preta serão usadas para papéis, plásticos, caixas, metais, vidros, canetas usadas e CDs, entre outras coisas. Esses materiais não podem estar sujos ou molhados com café. As lixeiras de cor branca receberão o lixo orgânico, como restos de alimentos.

## Marconi pede reformas e marcos regulatórios

Ao encerrar ontem o simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil, o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que as discussões travadas no encontro “demonstraram cabalmente a incapacidade total da infra-estrutura de transportes brasileira de atender à atual demanda”.

– A menos que se promova um planejamento de longo prazo, com um conjunto de políticas públicas, aliado às reformas estruturais e à criação de marcos regulatórios, a realidade presente não será alterada de forma substancial – observou o parlamentar goiano.

Marconi Perillo alertou ainda para a possibilidade de as deficiências do sistema de transporte brasileiro inviabilizarem o desempenho exportador do Brasil no campo das commodities agrícolas e minerais, em razão dos custos de frete.

### Balanco

No encerramento do encontro, aberto na quarta-feira, o senador apresentou ainda um balanço dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura durante sua gestão, como as audiências públicas realizadas em 2007 para discutir as ações do governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Marconi Perillo ressaltou também as audiências para examinar a situação dos investimentos públicos realizados em 2007 para discutir as ações do governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Marconi Perillo ressaltou também as audiências para examinar a situação dos investimentos públicos realizados em 2007 para discutir as ações do governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Entre os desafios, eu quero destacar as reservas do pré-sal, com boas perspectivas; a construção de grandes usinas hidrelétricas, sem grandes impactos ambientais; e o aumento crescente da agroenergia na geração de energia.

Ao destacar os investimentos feitos pelo Brasil, entre eles o aumento da produção de etanol, Edison Lobão afirmou que o país manterá a segu-

esse andamento é a organização dos itens estrutura, carreira e quadro de funcionários.

– Começamos a perceber, em 2004, grande dificuldade de alguns órgãos em dar a resposta necessária para trazerem concretude para os investimentos. Então, o governo começou um movimento, e demos reforço nesses órgãos, como criar cargos de carreira – disse Afonso Almeida.

## Secretário do Tesouro defende criação do Fundo Soberano

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, defendeu ontem a criação do Fundo Soberano, argumentando que esse instrumento é importante para a implementação de políticas anticíclicas – ou seja, de combate à redução da atividade econômica. Ele fez essa declaração após audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

Segundo Augustin, o Fundo Soberano permitiria ao país dispor de um instrumento de “sintonia fina” a ser utilizado em qualquer momento, mas especialmente nos momentos de crise econômica – referindo-se, nesse caso, à atual crise financeira internacional.

O secretário lembrou que já foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que cria o Fundo Soberano (o qual tramitou naquela Casa como PL 3.674/08). A proposta, apresen-



Arno Augustin quer instrumento para ser usado em momentos de crise

tada pelo Executivo, ainda será analisada no Senado.

### Déficit zero

Arno Augustin declarou ainda que o país poderá apresentar déficit nominal zero até 2010 – segundo afirmam outros integrantes do governo –, “pois se tem verificado uma melhoria muito forte das contas fiscais”.

## Renan destaca interiorização do ensino superior no país

O avanço da interiorização do ensino superior no país foi ressaltado por Renan Calheiros (PMDB-AL). O senador disse que esse processo coincide com os 70 anos de lançamento do livro *Vidas secas*, comemorados neste ano. Ele lembrou que a obra do escritor alagoano Graciliano Ramos retrata com “precisão inigualável” a dura vida dos sertanejos.

Renan afirmou que a expansão do acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior é condição fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, pois a maioria dos alunos reside longe dos centros urbanos ou é obrigada a morar em localidades distantes por conta do aprendizado.

– O Brasil somente dará um salto de qualidade se cuidar mais da educação – disse Re-



Senador lembra que lançamento de *Vidas secas* completa 70 anos

nan, registrando o lançamento, na última quinta-feira, na cidade de Delmiro Gouveia, da pedra fundamental do *campus* Sertão, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

O senador também manifestou solidariedade ao povo de Santa Catarina, que luta para superar a tragédia provocada pelas chuvas.

## Gilvam cobra reforma que fortaleça partidos políticos

Gilvam Borges (PMDB-AP) cobrou ontem do Congresso Nacional a realização, de forma definitiva, da reforma político-partidária, discutida “há mais de cinco legislaturas” e nunca levada a cabo.

– A verdade é que o tema já está para lá de maduro e a pressão da opinião pública recomenda que o assunto não seja mais postergado. Aliás, é a maneira mais eficaz de combater a descrença da população nos institutos e instituições representativas da democracia.

A atual legislação, segundo o senador, tem conduzido ao enfraquecimento dos partidos políticos e ao reforço da atuação individual. Com um ambiente político que se altera a cada dia, “sem regras claras e com brechas para que os mal-intencionados se esquivem de seus compromissos com os eleitores”, torna-se



Gilvam afirma que mudança pode “combater descrença da população”

impossível formar consenso em torno da matéria.

Para Gilvam, a reforma deve fortalecer os partidos, tornando-os mais ideológicos e comprometidos com programas, que, por sua vez, precisam representar o compromisso com o eleitorado. Deve ainda resolver problemas como o uso do poder econômico nas eleições.

## Comissão que vai a SC já pode ser instalada

Já pode ser instalada a comissão temporária externa que vai acompanhar a situação de Santa Catarina, onde, desde o fim de semana,

fortes chuvas mataram até o momento 99 pessoas. Já foram indicados quatro dos cinco senadores que vão integrar o colegiado:

Raimundo Colombo (DEM-SC), Ideli Salvatti (PT-SC), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Além de verificar *in loco*

a situação dos municípios atingidos, a comissão deverá apresentar propostas para ajudar no socorro às vítimas e na recuperação dos prejuízos.

## Heráclito defende funcionários de banco incorporado

Heráclito Fortes (DEM-PI) informou que pretende acompanhar de perto a situação funcional dos servidores do Banco do Estado do Piauí (BEP) – instituição incorporada pelo Banco do Brasil (BB).

O senador explicou que o processo de incorporação passou pelo crivo do Senado em 2006. Na ocasião, ele, João Vicente Claudino (PTB-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) aprovaram uma resolução garantindo que “a política de gestão de pessoal conferida aos empregados do Banco do



Gerônimo Maggela

Heráclito espera que servidor do BEP possa ter as garantias funcionais do BB

Brasil” seria estendida aos empregados do BEP que optassem pelo regime funcional do BB.

– Já preparei uma medida cautelar. E vou pedir à Comissão de Assuntos Sociais que crie uma subcomissão para verificar *in loco*, no Piauí, se o que foi acordado está sendo honrado.

## “Plantas da Amazônia podem gerar energia”

Jefferson Praia (PDT-AM) destacou a sua participação na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em São Paulo nos dias 17 a 19 deste mês. O encontro, que debateu os desafios futuros a serem enfrentados na produção de energia, contou com representantes dos Legislativos da Alemanha, Angola, Bélgica, Bulgária, Congo, China, Filipinas e outros países.

Durante o evento, o senador destacou o potencial das plantas nativas da Amazônia para a



Gerônimo Maggela

Jefferson Praia relata sua participação em seminário sobre biocombustíveis

geração de energia, destacando que apenas 32 das 4.604 comunidades isoladas que vivem na região contam com o fornecimento de energia elétrica.

Jefferson Praia também registrou o aniversário da Rádio Difusora do Amazonas, comemorado no último dia 24.

## Claudino diz que MP foi “pinçada” de um projeto seu

Segundo João Vicente Claudino (PTB-PI), o artigo 6º da Medida Provisória 442/08 “foi pinçado” de um projeto seu (PLS 1/08), já aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Na próxima semana, a MP deverá ser votada no Senado.

A medida dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil, entre outras providências.

Claudino disse que o objetivo de sua proposta é acabar com a “exigência ilegal” de registrar



Gerônimo Maggela

Claudino quer o fim da exigência de registro para financiamento de veículo

em cartório os contratos de financiamento de veículos. Ele lembrou que, desde 2002, o novo Código Civil torna desnecessário o registro em cartório dos contratos de alienação fiduciária de veículos.

– Iamos começar com as audiências, quando a MP chegou.

# Direitos trabalhistas e Itaipu estão na pauta do Parlasul

Audiências debatem hoje e amanhã a Atualização da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul e a reivindicação, por parte do Paraguai, de revisões em tratado sobre usina

COM A PRESENÇA do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e de seus colegas dos outros três países membros permanentes do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai –, o Parlamento do Mercosul promove, hoje, audiência pública sobre a Atualização da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul. O debate abrirá dois dias de trabalho do Parlamento, em Montevideu, que culminarão, amanhã, com uma discussão sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Declaração Sócio-Laboral do Mercosul foi assinada em 1998, pelos então presidentes

dos quatro países, com o objetivo de incluir a questão social no processo de integração regional. Para isso, deveria buscar-se a “adequação dos marcos regulatórios trabalhistas às novas realidades configuradas pela integração e pelo processo de globalização da economia”, por meio do reconhecimento de um patamar mínimo de direitos aos trabalhadores do bloco.

Também hoje, será realizada a 15ª Sessão Ordinária do Parlasul. Entre os itens da pauta encontram-se projetos de declaração de apoio à elaboração de um plano de integração energé-

tica do bloco e a oficialização da adesão do Parlamento à resolução que estabelece 25 de novembro como o dia da não-violência contra as mulheres.

Amanhã, às 11h, o Parlasul promoverá a audiência pública sobre a atual situação da usina de Itaipu. Estarão presentes os diretores brasileiro e paraguaio da empresa binacional, respectivamente Jorge Samek e Carlos Mateo Balmelli. Desde a posse do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, têm crescido as pressões desse país para que sejam revistas algumas cláusulas do Tratado de Itaipu.

## Aplauso a brasileiro eleito para corte da ONU

Voto de aplauso ao professor e jurista Antonio Augusto Cançado Trindade por sua eleição para a função de juiz da Corte Internacional de Justiça, principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU), requerido por Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Antonio Trindade é o quinto brasileiro a integrar aquela corte. Ele foi eleito no último

dia 6 por 163 votos dos integrantes da Assembléia Geral e 14 dos membros do Conselho de Segurança da ONU para um mandato de nove anos.

Na ocasião, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que no dia 18 de dezembro Antonio Trindade falará aos senadores da CRE sobre o papel que desempenhará no tribunal, composto por 15 juízes e sediado em Haia, na Holanda.

A CRE também aprovou re-

querimento – apresentado por Suplicy e Aloizio Mercadante (PT-SP) – de voto de aplauso ao economista norte-americano Paul Robin Krugman, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008, por sua análise dos padrões do comércio internacional e da localização da atividade econômica. Atualmente, o economista pesquisa as crises econômicas e as flutuações cambiais na economia internacional.

## Mário Couto cobra promessas feitas por Lula aos aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do presidente Lula o cumprimento das promessas feitas aos aposentados brasileiros durante as campanhas presidenciais.

– Dos aposentados deste país, 90% votaram no Lula e não esquecem o que ele falou: que ia ser afetivo, que ia tratá-los com respeito; que jamais usaria o fator previdenciário. E, agora, faz tudo ao contrário. Que Lula é este? Queremos o Lula antes de ser presidente – disse.

Na opinião de Mário Couto

e de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que o aparteu, o presidente da República deveria “sinalizar claramente” que deseja ver os projetos que beneficiam aposentados e pensionistas aprovados na Câmara.

Também em aparte, Paulo Paim (PT-RS) disse que deputados e sindicalistas já confirmaram presença no Plenário do Senado na próxima vigília a favor dos aposentados, marcada para 2 de dezembro.

Mário Couto também afirmou



Janus Pereira

Mário Couto: presidente “deveria voltar a ser o mesmo de antigamente”

que, em determinados bairros de Belém, criminosos cobram “pedágios” da população. O senador disse que faltam policiais e equipamentos para a polícia no Pará. “A bandagem tomou conta do meu estado”, frisou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Mão Santa

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920

## Campanha em defesa do projeto contra a homofobia

A Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT – lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – lançou ontem, no Senado, em seminário nacional, campanha para arrecadar 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto que torna crime a homofobia (aversão ao homossexualismo).

Acolhido na Câmara e aguardando deliberação no Senado, o texto (PLC 122/06) torna crimes, puníveis com até cinco anos de prisão, a discriminação e o preconceito contra homossexuais. De acordo com a frente parlamentar, a cada dois dias é assassinado no Brasil um integrante do segmento populacional LGBT. A proposição tramita no Senado e, na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Transgêneros (ABLGT), Toni Reis, não há mais razão para adiar sua aprovação.

– Não podemos mais ficar esperando uma situação ideal para aprovar esse projeto. Temos que bater em cada gabinete; não estamos discutindo o Alcorão, mas a Constituição brasileira. Muitos fundamentalistas dizem que queremos destruir a família. Não queremos destruir nada. Nós queremos criar o nosso tipo de família. Pagamos impostos, temos deveres, queremos nossos direitos. Não queremos nenhum privilégio, aposentadoria especial, nada. Queremos respeito – afirmou Toni.

O presidente da ABLGT citou pesquisa feita este ano, pelo DataSenado, segundo a qual 70% dos entrevistados concordam com a aprovação do projeto, que torna crime a discriminação de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, e prevê formas de punição à discriminação. Logo após a sessão, para anunciar o lançamento da campanha, a frente parlamentar e a ABLGT agruparam, ao meio-dia, vários representantes do segmento na rampa do Congresso.

Durante a reunião, a matéria recebeu o apoio de Serys Slhessarenko (PT-MT), que presidiu os trabalhos, de Fátima Cleide (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, de José Nery (PSOL-PA) e de vários outros presentes.

Ao sublinhar a importância do seminário nacional da frente parlamentar, que, em sua quinta edição, debate a homofobia, Serys disse que “chegarà o momento em que os sexualmente diferentes não precisarão mais realizar esse tipo de encontro”. Para ela, “discutir a situação dos homossexuais é bom, mas se não fosse a opressão não estaríamos aqui debatendo nada, então, por outro lado é ruim, porque o preconceito existe”.

### Prêmio

Durante o evento, José Nery anunciou que apresentará projeto de resolução criando o prêmio Dom Helder Câmara de Direitos Humanos, que será destinado a homenagear, anualmente, cinco pessoas que se destaquem nessa área. Discursaram ainda na cerimônia, Perly Cipriano, subsecretário nacional de Direitos Humanos; a ex-senadora Emília Fernandes; Yone Lindgren, vice-presidente da ABLGT; Keila Simpson, presidente da Articulação Nacional de Travestis Transsexuais e Transgêneros, e as deputadas Cida Diogo (PT-RJ) e Maria Helena (PSB-RR).



Perly Cipriano e Fátima Cleide durante lançamento



À mesa (foto acima), Marlene Libardoni (E), Gerson Camata, Sandra Rosado e Kátia Guimarães. Na foto central, a coordenadora da bancada feminina no Senado, Serys Slhessarenko. Abaixo, a ex-senadora Emília Fernandes (D) e outras convidadas acompanham sessão do Congresso que comemorou o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher



Fotos de José Cruz

## Congresso discute o combate à violência contra a mulher

Em sessão conjunta, parlamentares afirmam que é preciso eliminar do país as agressões domésticas e oferecem sugestões, como a transformação do crime em hediondo e a criação de um ministério

“TEM MUITO HOMEM por aí que ainda não entendeu que violência contra mulher é crime e não é tolerada”, disse Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina no Senado e presidente do Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz. A senadora foi a primeira signatária do requerimento para a realização, ontem, de sessão solene do Congresso para marcar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado oficialmente em 25 de novembro, desde 1999, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU).

A data foi escolhida em homenagem às irmãs dominicanas Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas”. Devido ao engajamento em movimentos que defendiam soluções para os problemas sociais da República Dominicana, elas foram brutalmente perseguidas e, em 25 de novembro de 1960, assassinadas numa operação militar montada pelos órgãos de segurança daquele país, governado, na época, por Rafael Trujillo.

A sessão foi aberta por Gerson Camata (PMDB-ES). Além dele, fizeram parte da Mesa a senadora Serys; a deputada Sandra Rosado (PSB-RN), coordenadora da bancada feminina na Câmara; a diretora-executiva das Ações de Gênero, Cidadania e

Desenvolvimento (Agende), Marlene Libardoni; e a subsecretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Kátia Guimarães.

Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou todos os homens a assinarem, como ele, o Manifesto dos Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

– Que possamos canalizar nossas energias para jamais agir com violência e desrespeito com as pessoas que normalmente aprendemos a amar, como nossas namoradas, nossas mulheres e nossas filhas – frisou.

Sandra Rosado salientou que as mulheres precisam se unir sempre.

### Crime hediondo

Ao afirmar que a violência contra a mulher faz parte de uma “cultura hipócrita de autorização tácita” para a existência desse tipo de ação, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a prática seja considerada crime hediondo no Brasil.

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a criação de um ministério exclusivo para tratar de políticas para as mulheres, bem como de secretarias e programas em todos os estados para o enfrentamento do problema.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) lembrou que, ao denunciar a violência que sofrem, muitas mulheres acabam sendo “castigadas”, às vezes

até com a morte.

– Mas as mulheres que ainda se mantêm prisioneiras da violência precisam reagir, pois a mansidão, a dor e o silêncio não as livrarão da tortura dentro de suas próprias casas – ponderou.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que é autor de um projeto que obriga o juiz a exigir dos homens que se recusarem a fazer o teste de paternidade a inversão do ônus da prova, ou seja, a prova de que não são os pais dos recém-nascidos.

Em carta lida por Serys, Ideli Salvatti (PT-SC), que está em Santa Catarina, afirmou que a violência contra as mulheres não pode ser rotina nos lares brasileiros. Em seguida, a pedido de Fátima Cleide, o Plenário fez um minuto de silêncio em respeito aos mortos e desabrigados pelas chuvas em Santa Catarina.

Marlene Libardoni pediu aos parlamentares que firmem um pacto na luta pelo fim da violência contra as mulheres. Já Kátia Guimarães destacou ações do governo no combate a esse tipo de crime, como a aplicação da Lei Maria da Penha, que pune os agressores de mulheres.

Também discursaram na sessão os deputados Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Cida Diogo (PT-RJ), Nilmar Ruiz (DEM-TO), Thelma de Oliveira (PSDB-MT) e Maria Helena (PSB-RR).

Comitê pode assegurar atuação integrada de instituições federais no financiamento de projetos de desenvolvimento

# Comissão aprova projeto para dar mais força à Sudam

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que incorpora o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais à estrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O autor do projeto, Cícero Lucena (PSDB-PB), explica que a proposta tem por objetivo evitar a sobreposição da oferta de recursos por agentes financeiros federais.

– Com a integração do comitê, haverá a atuação integrada desses agentes federais, como o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, de acordo com sua disponibilidade financeira, para decidir qual deles terá participação em determinado projeto – esclareceu.

Ao recomendar a aprovação do projeto (PLS-complementar 378/08), o relator, José Nery (PSOL-PA), assinalou que a iniciativa tem o mérito de reforçar a capacidade da Sudam de gerir os fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), “relevantes instrumentos de redução das desigualdades regionais”.

O texto segue agora para análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir a Plenário.

## Foz do Iguaçu

Também foi aprovado pela



Cícero Lucena relatou projeto da Sudam; Lúcia Vânia quer Brasil na Copa 2014

CDR parecer favorável a projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que estabelece área de livre comércio no município de Foz do Iguaçu (PR). A proposição (PLS 13/07), que recebeu uma emenda para adequá-la à Lei de Responsabilidade Fiscal, segue agora para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e para votação, em decisão terminativa, na CAE.

Ao justificar a proposta, Osmar Dias argumenta que Foz do Iguaçu tem sido prejudicada em suas atividades comerciais devido à concorrência desigual que sofre do comércio das cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. No relatório sobre a matéria, elaborado por João Pedro (PT-AM) e que teve como relator *ad hoc* Valter Pereira (PMDB-MS),

é citada a existência de grupos criminosos que atuam no tráfico de drogas e esquemas internacionais naquela região de fronteira, segundo autoridades policiais.

## Moção

Na reunião, foi acolhida ainda moção da presidente da CDR, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que defende a participação das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado, e de Turismo e Desporto, da Câmara, no Comitê de Candidatura Brasil 2014, para a Copa do Mundo.



**Lúcia Vânia quer comissões da Câmara e do Senado no comitê da Copa do Mundo no Brasil**



Paim (C), à mesa com Artur Bueno de Camargo (E), José Henrique Nunes, Adonis Soares e Luiz Oliveira, preside audiência

## Pequenos produtores de fumo querem mais incentivo

Enquanto existir a liberdade de consumo de cigarro, é necessário proteger as pequenas indústrias de fumo espalhadas por todo o país e que empregam milhões de brasileiros, afirmou ontem o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), durante audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que reuniu cinco representantes de empresas fumageiras.

Zambiasi informou que as dificuldades por que passam as pequenas indústrias agravam-se com o fato de o Brasil ser signatário de uma convenção-quadro internacional que proíbe o plantio de fumo em solo brasileiro. Mas observou que a convenção prevê incentivos para que o plantio do tabaco seja trocado por outras culturas.

O senador admitiu que a situação do fumo é complexa, porque envolve duas questões primordiais: o agravamento da saúde da população que fuma e o aprofundamento do problema social, já que a cadeia produtiva dessa cultura emprega milhões de pessoas.

Os representantes das empresas de tabaco pediram ao governo, entre outras providências, nova sistemática de tributação para os cigarros, com destaque para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); combate ao contrabando de cigarros, especialmente os oriundos do Paraguai; proteção aos trabalhadores da cadeia produtiva do fumo, algo em torno de 2,5 milhões de pessoas; e redução da assimetria do poder econômico entre as duas multinacionais do setor – Souza Cruz e Philip Morris – e as pequenas indústrias nacionais.

**Zambiasi admite que situação do fumo é complexa: envolve problemas de saúde e sociais**

## Contrabando

O presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo (Sindifumo), José Henrique Nunes Barreto, solicitou ao governo maior incentivo às empresas de tabaco do país. Segundo ele, as indústrias nacionais, que, observou, atualmente não passam de uma dezena, representando em torno de 8% do mercado com a venda de produtos populares e de menor preço, estão sufocadas pelas duas gigantes multinacionais.

José Henrique denunciou o que chamou de flagelo do contrabando mundial de cigarros, organizado, afirmou, por grandes corporações européias e norte-americanas.

Artur Bueno de Camargo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CNTA), que também participou da audiência proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), informou que a agricultura familiar que planta fumo emprega mais de 900 mil pessoas.

Aristides Junqueira Alvarenga, representante da Ética Concorrencial (ETCO), pediu plena concorrência na venda de cigarros para que o pagamento do IPI seja efetuado por todas as empresas. Ele condenou a decisão da Receita Federal de não punir contrabandistas, especialmente os que operam na fronteira entre Brasil e Paraguai, que entram no país com até cem caixas de cigarros.

Também tomaram parte da reunião da Comissão de Direitos Humanos Adonis Soares, do Sinditabaco do estado do Rio Grande do Sul, e Luiz Oliveira, representando indústrias de fumo paulistas.

## Audiência para Declaração dos Direitos Humanos

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos serão tema de audiência pública a ser agendada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem. A data e os convidados para o debate ainda serão definidos.

De acordo com Paim, na reunião que será marcada para o debate sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos também será feita uma análise do trabalho da CDH no biênio 2007/2008. O objetivo do parlamentar é verificar se, na prática, foram atendidos os interesses dos grupos minoritários durante sua gestão como presidente do colegiado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi assinada em assembléia geral da ONU em 1948. Em 30 artigos, o texto enumera os direitos que todos os seres humanos possuem, começando por assegurar que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Na reunião realizada na manhã de ontem, ainda foi aprovado outro requerimento, também de Paulo Paim, propondo audiência pública para debater o nível de segurança no trabalho em situações que envolvem, por exemplo, periculosidade, penosidade e insalubridade, bem como os reflexos dessas condições nas aposentadorias dos trabalhadores brasileiros.

## Alvaro cobra reconhecimento de genocídio na Ucrânia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou ontem, em Plenário, visita que fez à Ucrânia como representante do Congresso Nacional no Fórum Intercontinental em homenagem ao 17º aniversário da independência política daquele país.

Durante o evento, foram também realizadas solenidades marcando os 75 anos do Holodomor, nome dado à fome que assolou

a Ucrânia soviética entre 1932 e 1933, em decorrência de uma crise de alimentos que afetou também outras regiões da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Alvaro solidarizou-se com a reivindicação do presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, e de outras autoridades presentes ao fórum, cobrando o reconhecimento internacional

do Holodomor como crime de genocídio.

– Que os líderes de todas as nações do mundo se pronunciem. Direitos humanos, liberdades democráticas não podem ter fronteiras. Negar a existência de um genocídio, quando atos criminosos exterminaram milhões de pessoas, de 7 a 10 milhões, é, sem dúvida, ignorar a realidade.

**Alvaro: “Direitos humanos não podem ter fronteiras”**



Foto de Gerardo Magalhães